



INVESTIGAÇÃO DA PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES PARA TRABALHAR OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA ESTADUAL GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO EM MOSSORÓ/RN

¹ Daniela Juny da Silva Cavalcante. ² Regina Lúcia Costa Augusto. ³ Maria Resilane dos Santos Mateus. ⁴ Normandia de Farias Mesquita Medeiros.

*¹ Estudante do Curso de Ciências Biológicas do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e aluna do PIBID de Biologias;
Email: danielajuny@outlook.com*

² Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e professora da rede estadual de ensino básico; Email: reginabutterfly.lu@hotmail.com

³ Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte Professora da Escola Estadual Gov. Dix Sept Rosado; Email: resilane.mat@hotmail.com

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Email fariasnormal@hotmail.com

Palavras-chave: Docente, Inclusão, Formação docente, Escola Pública.

INTRODUÇÃO

O estudo concebe a escola como um espaço democrático e inclusivo, no qual alunos têm oportunidades e são recebidos por ela, de modo acolhedor, tendo seus direitos respeitados e respeitando também o direito do outro, de forma igualitária. Por serem sujeitos ativos no processo de socialização, independente de terem ou não necessidades especiais.

O objetivo é pesquisar sobre a atuação dos professores para trabalharem os alunos com necessidades especiais. Significa dizer que eles precisam de uma preparação necessária para lidar com esses alunos. Para Nóvoa (1997), os problemas da prática docente não são somente instrumentais, mas o contexto da profissão apresenta situações que obrigam o professor a tomar decisões num campo de grande complexidade, incerteza, singularidade e conflitos de valores. As situações enfrentadas possuem características únicas e exigem respostas únicas. Entendemos então, que principalmente quando o professor atua com alunos com necessidades especiais. Fato que exige do profissional saberes e competências, capacidades de reflexão na ação.



Defendemos uma formação teórico-prática, que perpassasse a experimentação, a inovação, o ensaio de novos modos da prática pedagógica, corroborando com o pensamento de Nóvoa (1997). Nessa perspectiva o profissional estará apto a lidar com todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Em se tratando da educação especial, está só foi assumida pelo poder público no Brasil em 1957, e só em 1972 se caracterizou em educação especial. Os obstáculos formam muitos, mas a sociedade: pais, professores e profissionais da saúde tiveram um empenho para que as crianças com deficiências fossem inseridas no mesmo ambiente escolar das sem deficiências. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61, garantiu o direito dos "alunos excepcionais" à educação, estabelecendo em seu Artigo 88 que para integrá-los na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação.

Entendemos que nesse sistema geral estariam incluídos tanto os serviços educacionais comuns como os especiais, mas pode-se também compreender que, quando a educação de deficientes não se enquadrasse no sistema geral, deveria constituir um especial, tornando-se um subsistema à margem. A atual Lei de diretrizes bases da Educação Nacional nº9394/96, vai de encontro com uma realidade um pouco diferente do processo de inclusão que acontecia anteriormente.

A inclusão tem ganhando relevância e se tornando cada dia mais presente e necessária nas escolas. A comunidade educativa está mais envolvida e preocupada com a inclusão. A escola vem se adaptando aos alunos com necessidades especiais tanto nas estruturas, como na equipe pedagógica das instituições de ensino, dando a possibilidade dessas crianças se socializarem com as demais tendo a mesma qualidade na educação recebida. A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes, começando a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996.

É importante ressaltar que a universalização do acesso à educação no Brasil, constatada pelo aumento de matrículas no nosso país, atendendo as determinações da Constituição brasileira e as convenções internacionais como a de Guatemala. Essa garantia de que todos devem ter acesso à educação, foi sendo cada vez mais detalhada através de decretos e resoluções e foi melhor especificada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013, a qual veio reafirmar a necessidade de uma educação inclusiva capaz de promover uma sociedade mais justa.



No Brasil, observamos o aumento no número de alunos com necessidades especiais matriculados nas escolas, em função de seus direitos e da conscientização da sociedade. Assim, se faz necessária a devida preparação pedagógica dos docentes para trabalhar de forma humanizada com todos os alunos.

Identificamos na escola pública estadual investigada, que esta precisa passar por uma adaptação e seus profissionais conhecer e refletir de forma mais aprofundada sobre a realidade da inclusão. A preparação dos profissionais para saberem lidar com esse novo público e redirecionamentos de suas práticas para todos os alunos quer possuam ou não necessidades especiais. Como os professores lidam com esse desafio?

Constatamos que grande parte dos docentes da escola, possuem uma carga de trabalho elevada, ou seja, precisam trabalhar dois turnos para suprirem as necessidades financeiras. Por outro lado, entendemos que a instituição de ensino precisa ter práticas coerentes com as determinações legais e que fundamentem as práticas na escola, no seu âmbito pedagógico. A escola e seus profissionais precisam estar preparados para garantir, não somente que todos tenham acesso à educação, não apenas a garantia de estarem matriculados, mas que tenham condições humanas para atenderem as necessidades educacionais dos alunos. Essa é uma reflexão de Xavier (2002, p.19) sobre a educação inclusiva que defende o desenvolvimento da competência do professor e também uma escola inclusiva, pela mediação da ética, que responda à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam, e excluem, e, ao mesmo tempo, configura na ação educativa, o vetor, de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Temos ainda um número de alunos/as com características especiais não aparentes sem nenhum diagnóstico, seja por falta de informações, falta de recurso financeiro e até mesmo por não aceitar a deficiência do seu filho. Essa situação conduz a dificuldades de aprendizagens, dificuldades de relacionamentos sociais dentro da escola, o que se torna mais complicado o desenvolvimento do trabalho dos educadores e o processo de inclusão na instituição de ensino. Portanto, o objetivo do trabalho é verificar se o corpo docente da escola, está preparado para ensinar e mediar a inclusão de alunos com necessidades especiais, bem como proporcionar uma reflexão entre os professores em formação inicial do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e os professores em formação continuada sobre a inclusão na sua prática pedagógica.



METODOLOGIA

O trabalho expandido surgiu a partir de uma aula onde os alunos do PIBID perceberam a dificuldade de lidar com estudantes que apresentavam algum tipo de deficiência não aparente, então resolveram investigar sobre a preparação do corpo docente da escola para trabalhar com essa problemática. O *locus* foi a Escola Estadual Governador Dix-Sept Rosado, localizada no bairro Bom Jardim, Mossoró-RN.

Houve elaboração de questionários no qual continha perguntas a respeito da formação continuada no que diz respeito ao trabalho com alunos com necessidades educativas especiais (deficiências não aparentes), dessa forma, aplicamos com 45 professores e posteriormente foi feita uma entrevista com roteiro para a supervisora do turno vespertino.

Como forma de ampliar o estudo, o grupo do PIBID* Ciências Biológicas orientaram os alunos da instituição de ensino a elaborarem um projeto de feira de ciência abordando esse tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em nosso estudo feito com professores dessa escola, através de entrevistas e aplicação de questionários, constatamos que:

Por unanimidade todos os professores afirmam não estarem preparados para trabalhar com alunos (as) com necessidades especiais, embora a maioria dos professores responderam que conseguem perceber os alunos que possuem alguma deficiência. Observamos que os docentes pesquisados atuam no Ensino Fundamental como também no Ensino Médio, e tem uma boa formação na sua área de atuação. Também podemos observar que esses professores não receberam por parte de órgãos públicos, até então, nenhum tipo de formação continuada nessa área, isso foi o que podemos constatar por meio das respostas deles. É consenso que de forma geral, esses profissionais tiveram poucas oportunidades de estudar sobre a educação inclusiva. Embora seja indiscutível que ministrar conteúdo dentro da sua área de atuação deve ser o foco desses professores, de ensino regular, não se pode ignorar que esses profissionais precisam ter um outro olhar e métodos diferenciados para atuarem com esses alunos, desenvolverem práticas que atendam/respondam as necessidades dos alunos, quer possuam deficiência ou não.

Certamente para atender a esses alunos com necessidades especiais será necessário que esses profissionais estejam preparados para fazer algumas adaptações no currículo, repensar a forma de



avaliar, além de ser imprescindível ter um conhecimento mínimo sobre a deficiência de alguns de seus alunos, bem como algumas orientações sobre algumas adaptações no método de ensino, capazes de promover melhores resultados no processo de aprendizagem.

É preciso oferecer aos professores momentos oportunos para refletir juntamente com toda a equipe pedagógica, sobre como Projeto Político Pedagógico da escola. Orientações devem ser feitas para essa educação inclusiva, no caso, é fundamental que os professores possam dispor de formação continuada, na qual possa (re) pensar sua prática pedagógica, conhecer melhor as especificidades da educação inclusiva e buscar estratégias que facilite a parceria com a família, já que na referida escola temos ainda um número de alunos sem nenhum acompanhamento de profissionais da saúde especializados, porque os pais não tem condições financeiras para conseguir um acompanhamento médico.

Esses pais não conhecem e não sabem onde procurar apoio para que seu filho, para que ele consiga desenvolver suas habilidades, mesmo tendo suas deficiências possam assim, superá-las. Como alternativa esses alunos devem ser atendidos para que a educação inclusiva possa ocorrer no devido estabelecimento de ensino, a qual a lei brasileira garante a todos.

CONCLUSÃO

Por meio deste estudo podemos perceber que a escola de ensino básico não se encontra totalmente pronta para atender/responder os alunos com necessidades especiais. Os professores não se sentem preparados para lidar com esse público, também pela falta de apoio na preparação desses profissionais, com poucas ou nenhuma oferta de cursos de capacitação.

O que podemos aprender é que há uma preocupação em conseguir se adaptar a esses alunos, a essa realidade, principalmente por parte do corpo docente da escola. É importante destacar a interação entre os professores que já estão há algum tempo em sala de aula e os futuros discentes (os alunos do PIBID/BIOLOGIA/UERN) que também se envolveram com a temática e tiveram a preocupação de conhecer uma realidade antes mesmo de começarem a atuar. Portanto, houve um diálogo e questionamentos sobre a problemática da inclusão. Contribuindo assim, para que ambos, professores em formação inicial e professores em formação continuada percebam a importância da busca por essa capacitação.





REFERÊNCIAS

BOGDAN, Roberto C. BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA NECESSIDADES ESPECIAIS. Genebra, 1994- Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra: UNESCO 1994

NÓVOA, Antônio. (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação. Brasília, MEC, 2013.

Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei nº 4.024/61- Art. 88º. Brasília, 20 de dezembro de 1961.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta** inclusiva. IN: Revista Integrada. Ministério da Educação/ Secretária de Educação Especial. Ano 14.Edição 24/ 2002.

